A CONSERVAÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA DO FALIBILISMO DA CIÊNCIA JURÍDICA

Danilo Oliveira Gonçalves

Mestrado em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Bacharel em Direito pela Universidade Estácio de Sá.
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil.
advdanilogoncalves@gmail.com;

RESUMO

O Regime Democrático de Direito prevê que todos nos indivíduos e instituições estarão subordinados ao acordo constitucional firmado entre os componentes de uma Sociedade. Tal subordinação é a própria materialização do princípio da igualdade e isonomia, nos casos específicos que o texto da Constituição trará à tona. Falibilismo é o princípio filosófico de que os seres humanos podem estar errados sobre suas crenças, expectativas ou sua compreensão do mundo e ainda assim se justificarem na realização de suas crenças incorretas. A ciência jurídica, por ser falível, se desenvolveu por meio de aplicação de um método, que envolve observação dos fatos, levantamento de questionamentos, geração de uma hipótese, criação de um procedimento de investigação, coleta de dados, interpretação dos resultados para, por fim, chegar-se a uma conclusão. Partindo do pressuposto de que a ciência jurídica é falível, o presente estudo tem por objetivo fazer um levantamento de como os atos antidemocráticos ocorridos no Brasil em 2022 podem ter contribuído para a conservação e fortalecimento do Estado Democrático de Direito. Conclui-se que os diversos atos antidemocráticos ocorridos no período eleitoral de 2022, nos parâmetros delineados no trabalho, podem a médio e longo prazo contribuir para o reforço da blindagem democrática no Brasil.

Palavras-chave: Atos Antidemocráticos. Ciências Jurídicas. Democracia. Falibilismo.

THE CONSERVATION OF DEMOCRACY IN BRAZIL UNDER THE PERSPECTIVE OF THE FALLIBILISM OF LEGAL SCIENCE

ABSTRACT

The Democratic Regime of Law provides that all individuals and institutions will be subordinated to the constitutional agreement signed between the components of a Society. Such subordination is the very materialization of the principle of equality and isonomy, in the specific cases that the text of the Constitution will bring to light. Fallibilism is the philosophical principle that human beings can be wrong about their beliefs, expectations or their understanding of the world and still be justified in realizing their incorrect beliefs. Legal science, being fallible, has developed through the application of a method, which involves observation of facts, raising questions, generating a hypothesis, creating an investigation procedure, collecting data, interpreting the results to, for example, Finally, come to a conclusion. Assuming that legal science is fallible, the present study aims to survey how the anti-democratic acts that took place in Brazil in 2022 may have contributed to the conservation and strengthening of the Democratic State of Law in Brazil. It is

concluded that the various anti-democratic acts that occurred in the 2022 electoral period, in the parameters outlined in the work, can in the medium and long term contribute to the reinforcement of democratic shielding in Brazil.

Keywords: Democracy. Fallibilism. Legal Sciences. Undemocratic Acts.

LA CONSERVACIÓN DE LA DEMOCRACIA EN BRASIL BAJO LA PERSPECTIVA DEL FALIBILISMO DE LA CIENCIA JURÍDICA

RESUMEN

El Régimen Democrático de Derecho establece que todos los individuos e instituciones estarán subordinados al acuerdo constitucional suscrito entre los componentes de una Sociedad. Tal subordinación es la materialización misma del principio de igualdad e isonomía, en los casos específicos que el texto de la Constitución sacará a la luz. El falibilismo es el principio filosófico de que los seres humanos pueden estar equivocados acerca de sus creencias, expectativas o su comprensión del mundo y aun así estar justificados para darse cuenta de sus creencias incorrectas. La ciencia jurídica, al ser falible, se ha desarrollado mediante la aplicación de un método, que implica la observación de los hechos, plantear preguntas, generar una hipótesis, crear un procedimiento de investigación, recopilar datos, interpretar los resultados para, por ejemplo, finalmente llegar a una conclusión. . Suponiendo que la ciencia jurídica es falible, el presente estudio tiene como objetivo analizar cómo los actos antidemocráticos ocurridos en Brasil en 2022 pueden haber contribuido a la conservación y fortalecimiento del Estado Democrático de Derecho. Se concluye que los diversos actos antidemocráticos ocurridos en el período electoral de 2022, en los parámetros planteados en el trabajo, pueden en el mediano y largo plazo contribuir al refuerzo del blindaje democrático en Brasil.

Palabras clave: Democracia. Falibilismo. Ciencias Jurídicas. Actos Antidemocráticos.

INTRODUÇÃO

O Regime Democrático de Direito prevê que todos os indivíduos e instituições estarão subordinados ao acordo constitucional firmado entre os componentes de uma Sociedade. Tal subordinação é a própria materialização do princípio da igualdade e isonomia, nos casos específicos que o texto da Constituição trará à tona (HERNANDES, 2022).

O acerto feito entre os Sujeitos da relação invariavelmente deve ser realizado em bases jurídicas, vez que evolutivamente princípios e normas positivados se mostraram efetivos em compelir a sociedade a seguir as regras impostas a todos. Por mais que os costumes e a analogia também façam parte das fontes do direito, os dois primeiros parecem ter seguido o método científico que tanto reforça suas validades.

Então, a ciência jurídica, assim como as ciências naturais, se desenvolveu também por meio de aplicação de um método, que envolve observação dos fatos, levantamento de questionamentos, geração de uma hipótese, criação de um procedimento de investigação, coleta de dados, interpretação dos resultados para, por fim, chegar-se a uma conclusão.

O método científico aplicado às ciências jurídicas (LARENZ, 1997) ratifica a predominância da ciência sobre outras formas de conhecimento. De fato, ao se estabelecerem regras cientificamente “testadas”, a força e eficácia consubstanciadas na validade da norma tendem a aumentar. Olhando por outra perspectiva: a crença dos destinatários da norma cresce ao saber que uma Lei, exemplificativamente, fora previamente desafiada cientificamente ou é fruto de conclusões provenientes do amadurecimento da ciência.

Percebe-se, então, que a ciência afasta os dogmas que tendem a rodear e influenciar o conhecimento das pessoas. Prezando pela lógica, a ciência relega a fé e a religião a um segundo patamar no tocante à capacidade de organização da sociedade. Pela visão científica, o estágio mais evoluído da relação entre as pessoas e seus conflitos interpessoais se resolverá por meio da norma jurídica, empiricamente e logicamente avaliada (FEYRABEND & JOCELYNE, 2001). No entanto, diversos pensadores já ventilaram a possibilidade de essa predominância da ciência também ser uma forma de dogma, travestido de método.

Em outros termos, questiona-se se a ciência é falível. No caso, se a ciência jurídica for falível, seriam as instituições por ela mantidas, falíveis? A democracia, portanto, seria falha ou, apenas, as estratégias utilizadas para conservá-la também são falíveis?

Ser falível, entretanto, não significa ser defeituoso ou errado. O falibilismo afirma que fatos e atos falíveis podem ser contraditados, contrarrazoados e, eventualmente, superados ou negados. Sob esse ângulo, se um fato, por exemplo, um fato jurídico, pode ser contraditado, por certo que poderá ser reafirmado se, após a devida reavaliação, aquele – o fato – se mantiver.

Portanto, o contrário de o fato ser falível comina no entendimento de que o ato poderá ser reafirmado. Assim, se tomar-se a democracia como valor máximo paradigmático de um Estado, seria a democracia falível? Esse trabalho não buscará responder a essa questão diretamente. Por outro lado, é possível questionar-se se os regramentos ordinários que mantêm a democracia

vigente podem ser contraditados, vez que são falíveis.

Como estudo de caso, tomam-se os atos antidemocráticos que se multiplicaram no Brasil no ano de 2022. Diversos movimentos contrários à Constituição Federal de 1988 romperam a barreira do razoável e do admissível no período pré e pós-eleitoral. Em busca de um suposto direito de liberdade, os partícipes dessas manifestações questionaram os poderes instituídos, a organização da República Federativa, as urnas eleitorais e as eleições em si, e, inclusive, a eleição do candidato vencedor.

Em alguns momentos, até mesmo parecia que fora orquestrado um movimento contrário aos dispositivos constitucionais, no qual se realizava exatamente o que era vedado pelo texto da Constituição.

Sendo a possibilidade de questionamento e refutação a base para o conhecimento científico, seria válido questionar as normas que mantêm a democracia vigente, vez que aquelas são originárias do próprio desenvolvimento da ciência. Sabe-se que quanto mais se busca provar que uma teoria não é válida e essa se mostra, de toda sorte, válida, por óbvio que se reforçam as provas e constatações da sua validade.

Logo pode-se inferir que os testes que a democracia vem sofrendo nos últimos anos são provas da sua falibilidade, o que pode levar ao reforço das suas instituições, contanto que aqueles testes sejam vencidos.

Partindo do pressuposto de que a ciência jurídica é falível, o presente estudo tem por objetivo fazer um levantamento de como os “testes” antidemocráticos ocorridos no Brasil em 2022 podem ter contribuído para a conservação e fortalecimento do Estado Democrático de Direito no Brasil.

1. ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS NO BRASIL EM 2022

Por mais que se faça um recorte e caracterização dos atos antidemocráticos que foram perpetrados no ano de 2022, é certo que os movimentos de reinterpretação lesiva da constituição e libertinagem de expressão já vêm acontecendo desde 2019.

Presenciaram-se em 2019 e em 2020 práticas da libertinagem de expressão, sintomáticas do início da erosão das bases do sistema de governo democrático brasileiro. Primeiro: o Presidente da República dirigiu mais de cem ofensas à imprensa em 2019¹. Segundo: enfermeiros que protestavam pacificamente contra as medidas do governo federal no combate à pandemia do novo coronavírus foram agredidos por bolsonaristas (01/05/2020)². Terceiro: nem mesmo a Suprema Corte se viu impune aos ataques desta militância, que simulou bombardeio à sua sede (14/06/2020)³. Quarto: o desmantelamento, pelo próprio Facebook, de uma rede de contas e páginas falsas existentes nele e no Instagram, que aglutinavam, respectivamente, 883 mil e 917 mil seguidores (08/07/2020), todas vinculadas aos gabinetes dos filhos do Presidente ou de congressistas a ele aliados (LEITE *et al.*, 2021).

Diante deste cenário que beira a convulsão social, estudos sobre a temática possibilitam elencar três grandes grupos de limites à libertinagem de expressão antidemocrática, afora os já estabelecidos na própria CRFB/88 (vide art. 220 e §§): 1) o conflito com os demais direitos fundamentais; 2) o compromisso com a verdade; e 3) o aprofundamento do caráter democrático, possibilitando a participação plural de todos os componentes da sociedade.

Tendo como pano de fundo o estado de coisas antidemocrático vivenciado pela sociedade brasileira, o primeiro questionamento que se faz é se não seria possível ter coibido os excessos na liberdade de expressão no âmago do seu florescer. De início já se faz esse questionamento: é possível a democracia de autocorroer? Vez que a um dos princípios fundamentais é a livre expressão do pensamento, não seria salutar o exercício amplo de todas as formas de manifestação?

Marina França Santos (SANTOS, 2015) abordou apropriadamente o tema ao afirmar que o exercício da liberdade de expressão deve propiciar, amplamente, a participação democrática e plural. Respeitados os ditames constitucionais, os direitos fundamentais e o compromisso com a verdade, os meios de veiculação desta liberdade deverão garantir condições iguais de propagação de suas ideias e posicionamentos. Portanto, quem faz uso da

¹ Disponível em: <<https://fenaj.org.br/ano-se-encerra-com-116-ataques-de-bolsonaro-a-imprensa/>>, acesso em 16 dez 2022.

² Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/em-protesto-em-brasilia-enfermeiros-sao-agredidos-por-apoiadores-de-bolsonaro-24406003>>, acesso em 16 dez 2022.

³ Disponível em: <<https://istoe.com.br/com-fogos-de-artificio-militantes-bolsonaristas-simulam-ataque-ao-stf/>>, acesso em 16 dez. 2022.

libertinagem de expressão para atacar a Democracia, coibirá a manifestação plural e atentará contra princípios fundantes da República (CRFB/88, art. 1º, “caput” e V). Logo, é certo que a própria liberdade de expressão emana os limites que cada indivíduo deve respeitar para que a real liberdade seja exercida.

O exemplo trazido no parágrafo anterior por certo que já fora amplamente discutido, debatido e pesquisado. De forma mais específica avaliara-se se é possível a democracia minguar sob o manto da defesa irrestrita de um determinado direito.

André de Carvalho Ramos (RAMOS, 2012), ao estudar o posicionamento do STF no “Caso Ellwanger”, vaticina que não há garantias constitucionais absolutas e, portanto, torna-se perfeitamente viável a restrição à liberdade de expressão quando esta veicula discursos de ódio (*hate speech*) de teor neonazista, contra islamitas ou estrangeiros. Neste julgado, a igualdade e a dignidade da pessoa humana limitaram os excessos da liberdade de expressão. Logo, o conflito com os demais direitos fundamentais é o primeiro elemento de combate à libertinagem de expressão antidemocrática.

Os parâmetros utilizados no sopesamento de direitos derivam da aplicação do método científico às ciências jurídicas. Por mais que muitas vezes o método em ciências sociais não seja tão evidente como nas ciências naturais, o certo é que nele – o método – reside boa parte da repetibilidade dos estudos jurídicos e eficácia das normas propostas.

Imagine, por exemplo, o teste de um novo medicamento utilizado no combate de uma infecção. Quanto mais se estuda os diversos mecanismos de ação que um fármaco pode apresentar, por óbvio, mais se conhece e se confia na atuação daquele medicamento. Agora imagine que os novos testes partem do pressuposto de que a ação do medicamento é falha; que sua eficácia na verdade é placebo. Assim são desenvolvidos testes para provar a falsidade do princípio ativo. Se, eventualmente, esses testes não forem bem sucedidos, o mecanismo que garante a ação eficaz do medicamento se fortaleça, assim como a segurança na utilização do fármaco.

Esse exemplo de utilização do método científico também pode ser utilizado nas ciências jurídicas. A cada questionamento sobre a validade do regime democrático como sendo o mais equânime, mais fortalecido sai a democracia que fora testada, nos moldes do experimento que tentou provar a falibilidade do medicamento e não o conseguiu.

Imagine-se outro exemplo aplicável ao tema dos atos antidemocráticos: o questionamento recorrente sobre a segurança das urnas eletrônicas. Mesmo que a discussão sobre o tema seja política e populista, está centrada em um aspecto técnico da corrida eleitoral. Esse caso é bem ilustrativo sobre a aplicabilidade do falibilismo às ciências sociais. O caminho convencional para comprovar a existência de fraudes nas urnas é o teste/exame da segurança dessas.

O Brasil vem adotando crescente informatização das suas eleições desde o ano de 1996, culminando no cenário atual onde se vislumbra a instalação de dispositivos de identificação biométrica em todos os equipamentos de votação. Marcos importantes na história da iniciativa foram a realização das primeiras eleições puramente eletrônicas em 2000, a transferência da responsabilidade exclusiva do desenvolvimento de software para o TSE a partir de 2006 e a adoção de um sistema operacional de código aberto (GNU/Linux) a partir de 2008 (ARANHA, *et al.*, 2013).

Ao se estabilizar os componentes básicos do sistema eletrônico de votação e procedimentos relacionados, entende-se que a preocupação direta deve ser focada no incremento da segurança para que seja possível executar eleições confiáveis que conservem absolutamente o sigilo e a integridade das escolhas definidas pelo eleitor.

O caso do ataque às urnas eletrônicas em 2022 somente demonstra como o entendimento de que elas podem ser falhas contribui sobremaneira para o aprofundamento dos estudos sobre segurança e melhoria do equipamento. Não se defende aqui, de forma alguma, a legalidade dos atos praticados contra a justiça eleitoral e suas instituições. Na verdade, os atos se equiparam a crime em muitos de seus aspectos. O que se faz nesse estudo é uma reflexão epistemológica sobre as conclusões filosóficas sobre o caso.

2. FALIBILISMO DAS CIÊNCIAS JURÍDICAS

O falibilismo se materializa quando abordamos a ideia de que a verdade sobre qualquer questão de fato só pode ser estabelecida no curso da investigação, pois só aí estarão as bases das inferências sintéticas – indução e abdução. A ciência como conhecimento universal e necessário só poderia mesmo ser estabelecida a priori, não como a descoberta das leis da natureza, mas como a imposição dessas leis ao mundo pelo sujeito conhecedor.

Falibilismo (do latim, *fallibilis*, que pode falhar, errar) é o princípio filosófico de que os seres humanos podem estar errados sobre suas crenças, expectativas ou sua compreensão do mundo e ainda assim se justificarem na realização de suas crenças incorretas.

No sentido mais comumente utilizado do termo, consiste em estar aberto a novas evidências de que iria contestar alguma posição ou crença anteriormente detida e no reconhecimento de que qualquer afirmação justificada hoje pode precisar ser revista ou posta à luz de novas evidências, argumentos e experiências.

As atuais discussões epistemológicas nos levam a questionar de forma cada vez maior as posturas extremas acerca do conhecimento. Uma delas, o dogmatismo, diz que o conhecimento é possível, assim como o alcance da verdade com relação ao mesmo. É possível, portanto, chegar ao conhecimento pleno e final e refutar toda e qualquer dúvida que possa abalar nossa confiança naquilo que dizemos conhecer. A outra postura epistemológica, o ceticismo, diz que não podemos conhecer, seja pela constante mutação dos fenômenos do mundo, seja pela limitação de nossos sentidos ou de nossas teorias e métodos.

O falibilismo aparece como um meio termo entre esses dois posicionamentos extremos. Contra o dogmatismo, essa postura admite que nossas concepções são falíveis, sujeitas a erros e a constantes revisões, portanto, mutáveis, dinâmicas e em permanente construção. Ao mesmo tempo, o falibilismo, em confronto com o ceticismo, defende a concepção de que o conhecimento é possível, avança e permite que o ser humano possa interagir com o mundo, tanto pelo conhecimento de suas regularidades quanto pelo conhecimento de suas mudanças.

Segundo Charles Sanders Peirce, não se pode chegar à certeza, à exatidão ou a universalidades absolutas (SALATIEL, 2009). Inferimos a partir daquilo que sabemos, mas o que sabemos é sempre um saber limitado. Essa nossa característica de seres limitados faz com que estejamos em permanente evolução e aprendizagem. Assumir essa postura de seres limitados, além de promover a humildade intelectual permite que o conhecimento avance, em especial, nas mentes abertas a novas hipóteses ou visões de mundo.

Assim, podemos encarar as ciências jurídicas sob essa perspectiva falibilista, ou seja, nem

dogmática ao ponto de petrificar a criação e superação de novos desafios; nem cética ao ponto de duvidar das evidências mais lógicas e das certezas mais absolutas.

A obra principal de Durkheim, na qual as suas preocupações metodológicas podem ser estudadas, é obviamente *As regras do método sociológico*. O tema da causalidade é abordado principalmente no capítulo quinto, *Regras relativas à explicação dos fatos sociais*, e no sexto e último capítulo, *Regras relativas ao estabelecimento das provas*. O contexto geral desta obra, como é sabido, consiste na elaboração de um método próprio, autônomo e singular para a Sociologia, o método sociológico. Em um exercício de abstração, podemos aplicar de forma semelhante o método proposto por Durkheim às ciências jurídicas.

Entendendo a ciência jurídica como falível, cabe a criação de um método para o seu estudo e, consequentemente, o recorrente teste de sua validade. Uma das notas caracterizadoras da concepção filosófica de Karl Popper (POPPER, 1998) consiste na sua obstinada defesa de permanentes testes de falseabilidade, com vista à constatação das incontáveis probabilidades de erros e acertos das asserções científicas. A lógica de uma teoria científica pressupõe, no entender de Popper, que cada teoria seja constantemente submetida a testes empíricos que confirmem ou refutem, do ponto de vista experimental, a sua validade.

Crítico do indutivismo e do essencialismo e suas pretensões universalizantes, Popper advoga que a falseabilidade das hipóteses constitui, consequentemente, uma ferramenta necessária e estimulante ao progresso do conhecimento científico.

A propósito do recurso à falseabilidade das hipóteses e de como, do ponto de vista da lógica da investigação, essa ferramenta representou um salto qualitativo na metodologia da descoberta científica, Popper reconhece em Peirce (REGO, 2012) não apenas um precursor das novas teorias da ciência que conduziram a esse desiderato, mas, mais do que isso, uma mente genial capaz de, em arrostando vários convencionalismos tidos então como modelos inquestionáveis oriundos da Física newtoniana, romper com tais paradigmas, abrindo assim novas e revolucionárias veredas para a ciência contemporânea.

O caso das ciências jurídicas se amolda perfeitamente ao diálogo proposto por Popper e Peirce. Como citado anteriormente os fatos sociais originarão os fatos jurídicos e esses deveram receber o tratamento científico adequado para que sejam recepcionados como válidos pela sociedade.

Logo existe constantemente a necessidade de reafirmação do conteúdo de normas, atos e designações judiciais.

Se uma situação de fato pode ser ponto de mudança de uma norma, por certo que a ciência jurídica é falível, logo podendo ser questionada e submetida ao tratamento empírico da ciência.

3. CONSERVAÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL APÓS OS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

A pergunta que surge nesse momento é se a democracia no Brasil saiu mais forte após os sucessivos ataques sofridos nos últimos quatro anos. Sabe-se que o Estado Democrático Brasileiro é relativamente jovem quando comparado com democracias há muito tempo estabelecidas.

A percepção de boa parte da comunidade científica era a de que o estado brasileiro iria sucumbir a um novo rompante autoritário. No entanto, as eleições se transcorreram de forma relativamente normal, as mudanças prévias para mudança de governo se estabeleceram e a transferência do poder também seguiu seu curso. Até mesmo o volume de notícias bizarras sobre a validade da democracia parece ter se reduzido.

Observou-se uma forte atuação do poder judiciário na conservação das funções institucionais, mostrando que o sistema de freios e contrapesos é essencial para a estabilização e conformação do poder.

Outra consequência visível do desafio proposto à democracia brasileira foi o forte engajamento de parcela da população que tende a ficar alheia aos movimentos políticos. Como as discussões atingiram patamares popularescos, por certo que a camada mais aversa às contendas eleitorais teve que se manifestar de alguma forma. Podemos encarar essa situação como sendo um aumento do “n” do experimento de teste da democracia brasileira.

A reflexão que se busca fazer nesse tópico se concentra em avaliar todas as ultrapassagens de limites que foram identificadas pelos movimentos antidemocráticos e percebermos que para cada uma alguma resposta democrática foi produzida ou será ainda estabelecida.

Se visualizarmos que a falácia do direito amplo à expressão é o método de teste da democracia, a punição dos excessos cometidos é a resposta que o Estado Democrático promoverá. Se tomarmos as denúncias de fraude nas urnas eleitorais como teste da democracia, os experimentos de segurança do software e posterior divulgação e confirmação desses é o resultado da aplicação do método científico à situação.

Ou seja, para cada problema criado para desestabilizar o regime, uma resposta que reforça a democracia foi ou deve ser proposta. Tal comportamento fora previsto por Peirce, o qual preconizou que é preciso estar atento aos testes e respostas a esses testes para não desconsiderar esses desvios – no caso brasileiro, os questionamentos sobre a aplicabilidade do estado democrático – em nome da certeza e estar aberto a aprender, para não cometer o erro fundamental de bloquear o caminho da investigação. Assim, a existência de atos antidemocráticos indica a existência de grupos sectários dentro do corpo social brasileiro. Se se chegou ao patamar de se aventar o retorno a um estado autoritário, algo deve estar errado. Alguma hipótese tem que ser levantada.

Após a hipótese, deve-se delinear o método exato de estudo para fins de identificação das origens do problema. O método é essencial para não se cair nos seguintes erros: (a) o excesso de confiança que leva a ciência a fazer afirmações absolutas, o que levaria à falsa percepção de que a democracia é inabalável ou impossível de ser extinta; (b) afirmar o que algo nunca pode ser conhecido, impedido assim a investigação que levaria à correção das distorções apresentadas; (c) supor que qualquer coisa seja inexplicável. Esse erro é a desculpa para encerrar discussões que não podem parar, entre elas a aplicação e viabilidade da ciência jurídica; e (d) um último erro é assegurar que qualquer lei ou verdade, em um determinado momento, encontrou sua formulação última que não pode ser desmentida.

A situação vivida pela sociedade brasileira pode ser alvo de investigação sobre as quatro perspectivas ventiladas no parágrafo anterior. Para fins de conservação da democracia, foi necessário entender que o regime não é eterno e poder ser mudado, inclusive para regimes profacistöides. Ou seja, a democracia não é uma verdade absoluta. É um regime ideal, dentro da conjuntura dos tempos contemporâneos. Esse ponto pode ser testado ao se tentar responder a seguinte pergunta: é certo que a democracia será o regime mais adequado nos séculos à frente? Não há a possibilidade de responder a esse questionamento com certeza, por vários motivos. O exercício de predição é inviável, pois não é possível o domínio dos fatos. Logo podemos inferir

que a democracia não é uma verdade absoluta.

De toda forma, é possível se investigar o passado e o presente para buscar correções no futuro, em resposta ao tópico “b” acima, pois as explicações são sempre passíveis de serem encontradas – tópico “c” – contanto que seja buscada com o método adequado, visto que até mesmo a democracia não chegou ao seu estágio final – tópico “d”.

Portanto, a conservação da democracia no Brasil após os atos antidemocráticos pode ser confirmada pela própria falibilidade da ciência jurídica que sustenta o estado democrático de direito. A cada nova inserção contra as normas basilares, nova estratégia jurídica foi e será criada para restabelecer a democracia como previamente constituída.

4. DEVIDO PROCESSO LEGAL COMO MÉTODO PARA CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO

Devido Processo Legal é o princípio que assegura a todos o direito a um processo com todas as etapas previstas em lei e todas as garantias constitucionais. Se no processo não forem observadas as regras básicas, ele se tornará nulo. É considerado o mais importante dos princípios constitucionais, pois dele derivam todos os demais. Ele reflete em uma dupla proteção ao sujeito, no âmbito material e formal, de forma que o indivíduo receba instrumentos para atuar com paridade de condições com o Estado-persecutor.

O modelo processual que ampara a garantia fundamental de manutenção da democracia de status constitucional deve obediência ao Devido Processo Legal e os direitos que dele exsurtem. Somente seguindo as bases processuais previstas na constituição é que a democracia poderá suportar ataques semelhantes aos que foram enfrentados nos anos de 2022 e início de 2023.

O agir de forma diversa ao devido processo legal seria imitar a conduta dos agentes que estavam testando a força das instituições democráticas do Brasil. Portanto, se os atos democráticos podem ser encarados como um teste/desafio à democracia do país, o devido processo legal é a metodologia a ser aplicada a esse experimento.

Ao promover o inquérito, indiciamento de denúncia das pessoas envolvidas com os eventos

protogolpistas, o Estado brasileiro reiterou o compromisso com a defesa das dimensões dos direitos fundamentais. Inicialmente, ao identificar a ilegalidade e inconstitucionalidade na extrapolação ao direito de manifestação e liberdade de expressão. Por certo que a Constituição preserva essas garantias fundamentais, devendo o Estado se abster de intervir, tendo, no entanto, o dever de dismantelar qualquer movimento no sentido de ruptura com o estado legal.

Foi exatamente o que foi feito como resposta às tentativas de insurgência. Como estudo de caso, vejam os inquéritos, de relatoria do ministro Alexandre de Moraes, que foram instaurados para apurar a responsabilidade dos autores intelectuais e das pessoas que instigaram os atos (INQ 4921) e dos executores materiais dos crimes (INQ 4922).

Com o recebimento das denúncias, os acusados se tornaram réus e respondem a uma ação penal pelos crimes descritos pela Procuradoria Geral da República. Na nova fase do processo, haverá coleta de provas e depoimentos de testemunhas de defesa e acusação. Só depois o STF irá julgar se condena ou absolve os réus.

A maioria do colegiado seguiu o entendimento do ministro Alexandre de Moraes no sentido da existência de indícios razoáveis de autoria e da materialidade dos crimes. Para o relator, as peças apresentadas pela PGR detalharam adequadamente os fatos criminosos, com todas as suas circunstâncias, a qualificação dos acusados e a classificação dos delitos. Ainda segundo o ministro, as denúncias permitem aos acusados a total compreensão das imputações formuladas contra eles, garantindo o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

Ressalta-se que não é qualquer manifestação crítica que poderá ser tipificada como crime, pois a liberdade de expressão e o pluralismo de ideias são valores estruturantes do sistema democrático e merecem a devida proteção. Todavia, são inconstitucionais as condutas e manifestações que tenham por finalidade controlar a força do pensamento crítico e destruir o regime democrático, juntamente com suas instituições republicanas, pregando a violência, o arbítrio, o desrespeito à separação de Poderes e aos direitos fundamentais.

Portanto, o método para avaliação da falibilidade da democracia, necessariamente, deve estar contido no seio do devido processo legal. A previsão legal do devido processo penal a ser aplicado aos agentes consolida que as próprias ferramentas do estado constitucional brasileiro são suficientes para restringir atos atentatórios.

Não parece lógico criar um procedimento paralelo para processamento e julgamento de atos extremos. A criação de juízos de exceção apenas confirmaria que a democracia falhara e que os atos golpistas foram bem sucedidos. Não se poderia responder antidemocraticamente aos atos antidemocráticos. A força que busca-se ressaltar nesse ensaio reside no fato de que mesmo sendo testada e golpeada, as instituições democráticas brasileiras utilizaram o devido processo legal para punir qualquer transgressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conservação do Estado Democrático após intervenções golpistas pode ser estudada como um exemplo de como a falibilidade da ciência jurídica pode ser entendida como um estímulo para a preservação das instituições.

A visão dogmática da ciência jurídica teria levado a um estado de petrificação da relação entre a sociedade e as leis que regem a harmonia entre os agentes. Os atos antidemocráticos, bem ou mal, foram combatidos com as ferramentas previstas na Constituição. A percepção de que a democracia é falível necessariamente leva ao seu aprimoramento, na busca constante de correção das distorções e falhas apresentadas.

Os dois exemplos citados ao longo do artigo, a libertinagem de expressão e o ataque às urnas eletrônicas, servem de caso concreto, no qual é possível investigar uma falha do processo democrático e a solução que é proposta para se preservar o regime. Essencial confirmar que a defesa da democracia deve estar previstas dentro dos próprios mecanismos constitucionais.

Ao se jogar o olhar do método científico aos questionamentos golpistas, tem-se que o desafio proposto é a conservação da democracia. A metodologia de correção da distorção seria o devido processo legal. O resultado do “experimento” seria a penalização civil e criminal dos agentes envolvidos nos eventos que deram início a essa discussão.

Defende-se que o devido processo legal deve ser utilizado de forma estrita na condução de inquéritos, indiciamentos e denúncias. A confirmação de que a democracia é o regime adequado será atingida pela manutenção das regras já previstas, sem abertura para aplicação de juízos excepcionais.

Conclui-se que as respostas aos atos antidemocráticos ocorridos no período eleitoral de 2022, nos parâmetros delineados no trabalho, podem a médio e longo prazo contribuir para o reforço da blindagem democrática no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Diego F. et al. **Vulnerabilidades no software da urna eletrônica brasileira**. Dos Testes Públicos de Segurança do Sistema Eletrônico de Votação do Tribunal Superior Eleitoral., 2013.
- FEYRABEND, P. K.; JOCELYNE, Vera. **A ciência em uma sociedade livre**. São Paulo: UNESP, 2001.
- HERNANDES, Luiz Eduardo Camargo Outeiro. O processo estrutural e o projeto de lei “Ada Pellegrini Grinover”: o processo como microcosmo democrático. **Revista de Processo**. vol, v. 332, n. 2022, p. 191-204, 2022.
- LARENZ, Karl. **Metodologia da ciência do direito**. São Paulo. Editora Calouste. 7ª edição. 1997.
- LEITE, Flávia Piva Almeida; LOPES, Cintia Barudi; DOS SANTOS, Thiago Luiz. Liberdade de expressão e a investigação das manifestações antidemocráticas no inquérito Nº 4828: a liberdade, para ser livre, precisa se autorrestringir? **Revista Direitos Culturais**, v. 16, n. 38, p. 121-140, 2021.
- POPPER, Karl R.; AMADO, Milton. **A sociedade aberta e seus inimigos**. São Paulo. Editora USP. Itatiaia, 1998.
- RAMOS, André de Carvalho. Liberdade de expressão e ideais antidemocráticos veiculados por partidos políticos – tolerância com os intolerantes?. In: RAMOS, André de Carvalho (Coord.). **Temas de direito eleitoral no século XXI**. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União. pp. 15-36. 2012.
- REGO, George Browne. Reflexos políticos e jurídicos da falseabilidade de Karl Popper e do falibilismo de Charles Sanders Peirce no método do direito. **Duc In Altum-Cadernos de Direito**, v. 4, n. 6, 2012.
- SALATIEL, José Renato. Falibilismo e matemática em Charles S. Peirce. **Revista Argumentos de Filosofia**. Ano 1, n. 2, p. 7-12, 2009.
- SANTOS, Marina França. Liberdade de expressão e democracia: pluralismo e justiça nas sociedades contemporâneas. In: BUSTAMANTE, Thomas, et al. Anais do I Congresso Nacional de Direito Constitucional & Filosofia Política. Belo Horizonte: **Initia Vita**, 2015. pp. 195-208.